

A crise portuguesa e a ciência económica

Armando Castro

Na calamitosa tormenta que o nosso País atravessa não é evidentemente casual o afundamento do sentido crítico por parte da generalidade daqueles a que as circunstâncias sociais da sua vida individual atribuíram especiais responsabilidades para com a colectividade em particular na profissionalização científica e técnico científica no domínio da explicação da vida social.

Julgamos por isso que poderá contribuir para os importantes objectivos proclamados pela «ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL» no presente Seminário acerca de «O 25 de Abril - Dez anos depois», ao explicitar pretender-se uma comemoração condigna desta data histórica «num espírito de consciencialização activa dos cidadãos para os enormes problemas nacionais»; por isso nos voltamos exactamente para a observação dum aspecto importante ligado a essa imprescindível consciencialização.

Vai-se por isso abordar a crise económica portuguesa à luz dos ensinamentos da ciência económica segundo uma perspectiva concretizada através do exame crítico do sistema social teórico-ideológico-político dos especialistas neste domínio como aparelho de transmissão/justificação duma visão e duma política económicas dominantes que avançamos organizar-se à revelia dos ensinamentos mais gerais da ciência económica, muito embora como é óbvio se utilizem conceitos, categorias e leis subordinadas organizadas por esta disciplina.

Não nos voltaremos conseqüentemente para uma invocação descritiva ou mesmo descritiva/quantitativa dos dados agregados mais gerais que exprimem a crise económica (que é também social, política, ideológica e cultural) que avança temerosamente desde 1976 quando foi desencadeada uma política afastando-se em escala crescente do generoso objectivo proclamado pelos «Capitães de Abril» no seu «Manifesto» afirmando bem alto ser necessária uma política que favorecesse as classes e camadas mais desprotegidas da sociedade portuguesa. Assistimos hoje ao desenvolvimento duma orientação que não só vai em contrário desta orientação duma maneira geral como representa uma ofensiva brutal e sistemática dirigida precisamente contra as classes e camadas mais desfavorecidas e que atinge já de resto as classes e extractos sociais médios.

Apenas com o objectivo de facilitar uma apreensão de alguns indicadores acerca do rápido deterioramento das condições de vida da maioria da população portuguesa acompanhado dum gravíssimo afundamento do sistema económico reuniram-se no final desta intervenção alguns dados que ilustram este panorama sombrio na dupla vertente da realidade imediata e do seu pioramento sensível ano após ano, mês após mês. E se os dados estatísticos na sua nudez estão longe de traduzir a realidade da miséria, do sofrimento e da fome que se instalou e instala no lar de centenas de milhares de famílias, bastará recordar qtié somente o número de desempregados, de trabalhadores com salários em atraso e dos que se encontram numa situação extremamente precária devido aos chamados «contratos a prazo» deve abranger hoje pelo menos um quarto de toda a população activa civil do País!

A par disto os esforços no sentido de reduzir um intolerável desequilíbrio da balança de pagamentos assentando nos sacrifícios brutais das classes e camadas sociais mais desfavorecidas faz-se através da intensificação da dependência externa, tanto económica e financeira como política e cultural.

Em consequência de tudo isto retrai-se e desorganiza-se o sistema económico nacional. É assim que por exemplo o elemento central da dinâmica económica que é o mercado interno medido pela procura de bens de consumo entre 1980 e 1983 estaria reduzida a metade e contrai-se a actividade produtiva pois a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto conhece (à parte o biénio 1979-80 por causas que não caberá neste momento examinar) reduz-se.

Tudo isto sob um pano de fundo em que a inflação no último septénio até ao fim do ano de 1983 fez com que os preços correntes tendo por base 1976 quase tivessem aumentado cinco vezes!

Tal é a realidade imediata.

É evidente que nestas condições os especialistas de ciência económica transportam responsabilidades especiais não, só na simples descrição e observação de semelhante realidade, mas sobretudo no que respeita a um exame crítico teoricamente fundado que considere o conjunto das possibilidades existentes e as implicações de cada uma delas, quer na posição das diversas classes e grupos sociais quer no sentido da sobrevivência e das potencialidades de desenvolvimento do sistema produtivo do país tendo em conta os níveis possíveis no quadro da tecnologia média contemporânea.

A observação do panorama dos estudos e observações dominantes revelam que, com raras excepções, devido à integração da classe profissional dos economistas no meio social, ela não tem estado à altura destas necessidades essenciais.

A origem social de muitos destes especialistas, a sua integração institucional e em consequência de tudo isto a ideologia que transportam que por isso mesmo não permite a auto-consciencialização para o próprio papel de ver o mundo em consequência da posição social que ocupam (pois em contrário deixaria de ser uma ideologia) manifestam-se naturalmente em vários planos.

Tentaremos perscrutar duma maneira muito sumária algumas das principais limitações que hoje impedem ao nível sócio-institucional um exame cientificamente fundado por parte do aparelho dominante constituído no sector dos técnicos desta dimensão da vida colectiva.

* **

É claro que em todas as construções teóricas gerais (e por maioria de razão quando delas se passa a uma aplicação interpretativa de dado conjunto de fenómenos objectivos) existe uma componente ideológica que preenche - e por vezes distorce - o conjunto dos enunciados científicos respectivos.

No domínio da vida social estes aspectos são particularmente sensíveis; é que precisamente o ideológico constitui um quadro de pensamento e uma actividade prática interligadas resultante da própria vida social com a posição que nela se ocupa e com os decorrentes objectivos que se pretendem atingir, tudo isto acompanhado ainda de sistemas de escolhas concretizados milhares de vezes em cada ano ou mesmo em cada mês, o que torna aqui o fenómeno particularmente sensível.

O domínio particular do «económico» não poderia escapar à regra. Pelo contrário, tratando-se duma esfera que toca directa e imediatamente os interesses materiais do homem somente quando a interpretação objectiva se não choca com os interesses sociais dos seus intérpretes podemos não encontrar refrangidos enganadoramente os condicionalismos reais da leitura ideológica que sobre ela incide.

Essa força tão complexamente mediatizada proveniente dos interesses materiais e projectando-se na leitura da actividade económica torna-se cada vez mais gritante; é hoje seguramente muito mais aguda do que há uns cem anos; no entanto escrevendo em 25 de Julho de 1867 Marx denunciava-a já com uma força impressionante que vale a pena recordar quando escrevia no prefácio à primeira edição alemã de «O Capital» que «A Alta Igreja de Inglaterra perdoará com mais facilidade um ataque a trinta e oito dos seus trinta e nove artigos de fé que contra um trinta e nove avos dos seus interesses».

O fenómeno da refacção deformante do ideológico segregado por uma complexa rede de interesses - que aliás não são apenas materiais - tem sido aliás reconhecido pelos mais diversos investigadores contemporâneos, sem excluir economistas.

Não cabe aqui entrar numa digressão a tal respeito. Recordar-se-ia no entanto que inclusive há mesmo a consciência de necessidade-inevitabilidade do sistema ideológico, como reconhecia há mais de vinte anos a economista inglesa Joan Robinson ao verificar que «qualquer sistema económico exige um conjunto de regras, uma ideologia para se justificar e a sua consciência no indivíduo que luta no sentido de o fazer funcionar» (1).

Podemos afirmar até que quanto mais se agudiza a crise portuguesa e se desenvolve a opção perfilhada pelas classes dirigentes e seus agentes políticos, institucionais e académicos mais transparente se vai tornando o esforço ideológico para a justificar por mais que a realidade a contradiga...

Trata-se para mais dum extracto sócio-profissional de intelectuais que, conforme observou o sociólogo Pierre Bourdieu, «está especializado no fornecimento de receitas aos dirigentes das empresas privadas e das administrações; eles fornecem uma racionalização do conhecimento prático ou semi-cientista que os membros da classe dominante possuem acerca do mundo social» (2).

Todavia o que importa é passar destas considerações gerais à observação daquilo que acontece entre nós, hoje e aqui.

Porém ao lado destes aspectos genéricos ligados ao «lugar geométrico» que os especialistas em economia ocupam na sociedade e suas implicações ideológicas (nas suas origens e nas suas consequências), no panorama português actuam ainda facetas particulares.

A mais relevante incide sem dúvida sobre as tensões políticas que se vêm a desenvolver com particular intensidade desde o «25 de Abril» e que caracterizam, queira-se ou não, uma aguda luta de classes. Ela centraliza-se nos esforços porfiados dos grandes interesses capitalistas para reconstruir os monopólios internos apropriando-se das empresas nacionalizadas lucrativas, na ofensiva brutal contra a reforma agrária na sua chamada zona de intervenção, na política sem rebuços no sentido de intensificar a exploração dos trabalhadores e no sacrifício inclusive dos interesses da própria manutenção de empresas pequenas e médias, ao mesmo tempo que uma apropriação crescente do rendimento nacional por parte do extracto privilegiado é acompanhado do florescimento da especulação e duma «economia subterrânea» em múltiplas direcções, indo desde a exportação ilegal de capitais à fuga sistemática aos encargos fiscais e aos encargos relativos à segurança social.

Sem considerarmos todos estes aspectos em que intervêm ainda o aparelho político (da administração do Estado aos partidos políticos dominantes), o sistema de comunicação social, o sistema educativo e outros, não seria possível entender o fosso que separa a realidade dum sistema económico-social em crise profunda das leituras que dele faz o extracto técnico-profissional dos diversos especialistas, de que aqui interessa destacar o dos economistas.

É óbvio no entanto que a situação no plano teórico e ideológico não é monolítica; ela depende não só da posição sócio-política de cada um como também de circunstâncias pessoais, reflectindo-se no «modelo» adoptado, nos limites da capacidade crítica face aos problemas suscitados, no grau de recurso a bases teóricas no conjunto das interpretações, etc., etc .. Não é este o lugar próprio para conduzir um exame que tenha em consideração esta variedade, suas raízes e implicações.

Deseja-se unicamente caracterizar o fenómeno nas suas linhas mais gerais. Neste cadinho fervente são cozinhadas algumas das mais significativas expressões ideológicas que percorrem a leitura técnico-económica dominante acerca da crise portuguesa e das suas consequências.

Vejamos um ou outro exemplo e destaquemos sobretudo a sua razão de ser e funções concretas.

Além das concepções e práticas generalizadas em que inclusive se inserem ilusões e alienações (como a do domínio da vida social por uma casta de «managers») o que se destacaria é o profundo anti-humanismo-concreto desta ideologia que empapa grande parte das construções explicativas da crise portuguesa.

Por isso mesmo - implícita ou mesmo explicitamente - o exame economista coloca em dois mundos diferentes a sua interpretação e finalidades profissionais e as suas auto-proclamadas inquietações e objectivos humanistas e éticos. A própria frieza tecnocrática na apreciação duma realidade em que muitas centenas de milhares de famílias se encontram abaixo da linha da miséria é só por si revelador desse esvaziamento.

E isto não sucede por acaso. Resulta antes de mais nada dos objectivos restritos de classe e cujos interesses a interpretação técnico-economista se coloca em paralelo aliás com o que sucede noutros extractos sociais e intelectuais como acontece com a chamada «classe política» e com o seu sistema de comentaristas-apologéticos.

Se nos recordarmos por exemplo da frieza com que se aceita a existência de mais de 150 000 trabalhadores com salários em atraso, numa situação pior do que a de escravos, porque estes ao menos tinham de ser sustentados pelos seus senhores, constituindo uma realidade verdadeiramente monstruosa, então mais

se apreende o que é este anti-humanismo-concreto. E entende-se tanto melhor quanto é certo que nada disto resulta por certo de qualquer «maldade pessoal» mas dos interesses de classe que tão trágica realidade traduz: sabendo-se realmente que grande parte deste débito formal do capital ao trabalho não resulta sequer total ou mesmo parcialmente de dificuldades empresariais (o que exigiria aliás a intervenção do Estado) mas do objectivo de «quebrar» a resistência dos trabalhadores arrecadando ainda lucros extra, dispomos dum elemento de crítica radical ao sistema e aos seus panegiristas!

Irrrompe-nos irresistivelmente à memória o abismo que isto cava em relação mesmo ao humanismo embora por vezes com a sua dose de retórica que encontramos em tempos volvidos, como na afirmação avançada no Séc. XVII pelo inglês John Donne quando disse que

«Nenhum homem é uma ilha, um todo completo em si; todo o homem é um fragmento, uma parte do conjunto (...); a morte de qualquer homem diminui-me, porque eu pertenço ao género humano: também nunca mandes perguntar por quem os sinos dobram: é por ti.»

Outro aspecto desta componente ideológica reside numa amputação sucessiva das macro-dimensões dos problemas económicos.

Além da amputação mega-social e humana de que o esvaziamento humanista já recordado constitui uma das suas impressionantes manifestações, existe uma tendência para conter as interpretações em planos restritos da realidade económica, umas vezes mais limitados, outras um pouco mais gerais mas fugindo sempre às inter-determinações básicas. Não é por acaso que por exemplo se apreciam problemas do actual desequilíbrio externo gravíssimo desligando-o das componentes económico-sociais internas, como o nível da produção e da produtividade. a amplitude do mercado interno como mola propulsora essencial da expansão e se autonomiza e absolutiza o mercado externo, ao mesmo tempo que se defendem modelos «monetaristas»: a alternativa básica a isto faria correr perigo mortal os objectivos de classe e os interesses que eles pretendem atingir. «Estabilizar» a economia a esta óptica consiste em travar a corrida para o abismo na sua expressão do desequilíbrio externo (balança de pagamentos. endividamento externo. etc.) à custa das classes mais desfavorecidas e através da acumulação capitalista acelerada e brutalmente intensificada, reforçando as tendências espontâneas do capitalismo actual no sentido da monopolização.

As segregações ideológicas desta posição social basilar não permitem sequer admitir à discussão, esta problemática! Não se referem sequer as manifestações primárias que brotam como cogumelos da luta político social: a ocultação duns dados e a manipulação de outros, particularmente nítidas na contra-ofensiva do grande capital e dos interesses de latifundiários contra as nacionalizações e a reforma agrária no Alentejo. na repetição até à náusea das «vantagens da reprivatização de amplos sectores de empresas públicas» que surgem até como pressupostos não demonstrados nos discursos de alguns técnicos económicos; desejar-se-iam sublinhar apenas traços largamente generalizados dentro do aparelho técnico-profissional deste sector intelectual. Um deles manifesta-se no divórcio corrente entre seu próprio discurso teórico autónomo e suas leituras interpretativas e recomendações terapêuticas para a crise portuguesa.

Não se trata de proferir «verdictuns» académicos sobre os conhecimentos especializados dos estudiosos da situação portuguesa e perspectivas 'da sua evolução no «cenário» da política prosseguida teimosamente nos nove últimos anos.

Pelo contrário, reconhece-se a preparação de muitos desses técnicos, inclusive no domínio metodológico abrangendo mesmo certas técnicas deste género bastante refinadas. Aliás sob este último aspecto sucede precisamente que a própria capacidade metodológica, constituindo como é óbvio instrumento indispensável ao avanço teórico, no entanto se for desligada desse contexto torna-se num fim em si mesmo e num exercício pouco mais do que gratuito. E nessas circunstâncias pode funcionar como biombo atrás do qual se escondem pressupostos extra-científicos que se tentam coonestar pelo recurso à força impressiva do aparato técnico-metodológico!

Esta observação vai portanto no sentido de que se assiste a uma tendência objectiva para se abrir um fosso entre o aparelho teórico próprio e a sua utilização como guia de interpretação da crise portuguesa nas suas tendências e no exame crítico das políticas prosseguidas pelas classes dirigentes. Esta observação tornar-se-á portanto tanto mais relevante quanto mais elevada e apurada por a preparação dos economistas apanhados nesta armadilha!

Sem cairmos numa digressão académica especializada, poder-se-ia por exemplo inquirir em que medida à luz dos próprios quadros teórico-conceituais desses analistas eles são ou não aproveitados no estudo da situação nacional. A conclusão iria predominantemente, sem dúvida, no sentido daquilo que se acaba de sublinhar.

Com efeito não encontramos presentes aplicações das estruturas conceituais que normalmente são ensinadas e perfilhadas ao nível universitário como sucede com a teoria das relações entre distribuição do rendimento, preços, ritmos e níveis da acumulação e dos investimentos, quer se trate das concepções clássicas quer neo-clássicas quer ainda de elaborações recentes como a conhecida teoria de P.Sraffa (em especial a ligação entre o conceito de capital e o de distribuição do rendimento, as relações produção-distribuição, etc.) ou mesmo a aplicação de concepções particularizadas como sucede, recorda-se mesmo, com a função Cobb-Douglas que destaca o papel das quantidades de aumentos de capital e do trabalho sobre o volume da produção, etc., etc ..

Nada disto quer dizer que pessoalmente tomemos posição acerca destas e doutras teorias. Só se pretende acentuar a contradição entre a teoria e a prática da apreciação político-económica no caso português que encontramos em muitos estudos levados a cabo a propósito dos grandes problemas que enfrentamos colectivamente.

Isto não sucede por acaso. Resulta das limitações impostas pelas posições ideológicas em geral e em especial pelas opções políticas que subjazem ao aparelho constituído pela inteligência técnico-económica, limitações que não lhe permitem correr o risco de eventuais conclusões críticas a partir dos elementos

conceituais no interior do seu próprio discurso teórico!

É claro que somente um estudo sistemático de toda a produção teórico-económica destes nove anos permitiria testar a correcção desta crítica genérica pois exigiria que se percorressem estudos mais ou menos sistemáticos, comunicações a congressos ou seminários, artigos de jornais e revistas, etc., etc ..

Esta conclusão não implica faltarem excepções.

Significa tão somente que exprime a tendência largamente predominante.

Se tomássemos em particular as reuniões de especialistas sobre a economia portuguesa realizadas aquém de 1976 - e algumas mesmo de âmbito internacional - detectar-se-ia o fenómeno. Ele surge até em maior ou menor grau em numerosos balanços globais sobre a política económica portuguesa no pós-25 de Abril.

Todavia esta faceta endógena da actividade específica do aparelho teórico-técnico-ideológico estabelecido neste sector da actividade intelectual e da intervenção social não é certamente a principal expressão da sua função dominante de reprodutor de interesses e interpretações políticas e ideológicas do aparelho social das classes privilegiadas e da organização política do Estado ao seu serviço.

Tudo isso se refrange ao nível básico porque respeita às manifestações celulares da actividade económica onde se desenvolve uma aguda luta social em que as forças responsáveis por esta política económica dão de barato as consequências gravíssimas do seu brutal egoísmo de classe para o conjunto da sociedade portuguesa, já que visionem defender e reforçar privilégios mesmo em condições de «debacle» nacional, colocando-se a reboque do grande capital monopolista internacional, o que lhes permitiria aproveitar de algumas migalhas desse banquete ...

Refrange-se a um nível básico que neste plano se concretiza no bloqueamento total do pensamento teórico-económico dominante para admitir sequer a existência de leituras teóricas alternativas com as correspondentes soluções alternativas. E que efectivamente apenas admitir «ex hypothesis» uma teorização e uma política alternativas levaria a examiná-las criticamente, E isso é inaceitável. Por isso ao «slogan» de propaganda no sentido de não existir política alternativa corresponde na esfera conceitual da análise económica o bloqueamento que é político, social, institucional mas que com frequência é ainda ideológico não sendo por isso assumido conscientemente.

E como poderia deixar de suceder assim quando existem manifestações gritantes concretizadas deste bloqueamento que cega até muitos observadores para absurdos como os dos ataques indiscriminados contra o sector empresarial do Estado desferido em múltiplas frentes, se desenvolve uma ofensiva contra as realizações dos trabalhadores na «Zona de Intervenção da Reforma Agrária» deixando no seu lugar vazios de terras em abandono e de desemprego?; quando se coloca o sector público da economia ao serviço duma política global oposta à que corresponde à sua função estratégica essencial, uma vez que no seu conjunto este sector não tira o seu interesse da sua mera existência mas da sua existência como mola propulsora duma expansão económica equilibrada, inclusive para o sector privado quantitativamente o mais vasto e que importa defender?; surge em atitudes tão gritantemente absurdas como o torpedeamento de projectos de conteúdo produtivo evidente seja na siderurgia, seja na introdução de cultivos como o da beterraba açucareira ou no projecto do Alqueva, etc., etc .. Revela-se não menos elucidativamente na ofensiva propagandística maciça ligada à adesão à «CEE» , na medida em que determinando-se por interesses políticos directos lança ao caixote do lixo o exame dos seus efeitos tanto mais que se integra numa política económica que em vez de atenuar agrava o fosso que nos separa do desenvolvimento médio de «Os Dez», inclusive os parceiros da Comunidade Económica Europeia mais atrasados: não se conta correr na Irlanda, o dito, de que quando se espirra em Londres ou em Bruxelas os irlandeses se constipam? - nestas condições para os portugueses, condições tão precárias de adesão, esses espirros levar-nos-iam pelo menos a apanhar uma forte «gripe» ...

É isto tudo - e muito mais sem sombra de dúvida - que traduz o brutal afastamento entre as leituras voltadas para o diagnóstico e para o prognóstico da crise económica portuguesa e os ensinamentos reais da ciência económica, ensinamentos que podem e devem ser fecundos. No entanto, para se atingir esse resultado constitui uma das tarefas necessárias encontrar as origens, funções e implicações sociais do discurso produzido/reproduzido pelo aparelho técnico-profissional respectivo que, como tal, é socialmente determinado.

Não seria objectivo destas considerações ir além deste aspecto. E certo naturalmente que assume alcance nada inferior - bem pelo contrário - invocar e trazer ao teste do fogo cruzado das suas aplicações concretas o conjunto de condições e leis económicas que na sua objectividade permitem inverter a marcha trágica que a colectividade portuguesa percorre e que já passou de passo estugado a uma marcha acelerada para o abismo.

No entanto não será irrelevante esclarecer o fenómeno que nos prendeu a atenção porque ele constitui uma das tarefas de todos quantos compreendendo Abril de 1974 necessitam da desmistificação e da desmistificação tecnocrática-ideológica colocada ao serviço da liquidação total das grandes conquistas históricas do Povo Português graças à «Revolução dos Cravos».

Há que convocar por isso todos os especialistas deste domínio que não querendo assumir o papel de hierofantes duma opção sem futuro histórico, estão dispostos (por razões mesmo que essencialmente extraídas da objectividade do condicionalismo económico-social) a utilizar o seu património teórico e metodológico guiados por esses ensinamentos. E isto, inútil seria vincá-lo, vai de encontro à defesa do seu próprio prestígio profissional.

Ver-se-á então muito mais amplamente como de facto a ciência económica explica as razões pelas quais, nas condições históricas e estruturais do capitalismo português na sua organização interna e na sua inserção dependente num sistema monopolista internacional cuja crise se agudiza dia a dia, não é possível autonomizar a nossa existência colectiva e criar uma ucronia de esperança, isto é, um futuro previsível em que caiba a esperança de dias melhores para a esmagadora maioria dos portugueses quando reina uma orientação que não só espezinha hoje os seus interesses vitais como ainda representa uma guerra social dirigida contra os que vivem da força do trabalho bem como contra as classes e camadas médias, Porque não é apenas hoje que os seus interesses são incindíveis da independência nacional e do progresso médio materialmente viável do país. As leis económicas concretas revelam que esta é uma implicação permanente não sendo possível obter amanhã o que se destrói hoje ...

(1) In «Economic Philosophy», Pelican Books, edição de 1974 (1.^a de 1962), p. 18.

(2) In «Questions de Sociologie», Éditions de Minuit, 1980, p. 27.